



PROCESSO N.º	36.592-0/2017
DATA DO PROTOCOLO	14/12/2017
PRINCIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
GESTOR	FRANCIS MARIS CRUZ - PREFEITO
ASSUNTO	TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA
RESPONSÁVEIS	ROGER ALESSANDRO PEREIRA RODRIGUES – EX-SECRETÁRIO DE SAÚDE EVANILDA COSTA DO NASCIMENTO FELIX – EX-SECRETÁRIA DE SAÚDE MÉDICOS: ALEXANDRE LEMGRUBER PIMENTEL; ALÍPIO PEREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR; ANA CRISTINA AMARAL TORRES; ANDRÉ LUIS S. AMARAL; APOLO POLEGATO FREITAS JR.; BARBARA KLEIN BISNELLA DIAS; BETHÂNIA CRUZ BIANQUINI PALMIRO; CAROLINA MADALENA S. PINTO ALVARES; DAISE AMARAL TORRES; DÉBORA REGINA COSTA AGUES; EMERSON MARQUES DO AMARAL; FLÁVIA GARCIA PIRES; GRAZIELA LUNZ FILGUEIRA; JOIZEANNE PEDROSO PIRES CHAVES; JOIZIANE ALBINA BRUNELLI; JULIANA PARREIRA DUARTE BRAZ; LUCIMAR DE LARA A. SILVESTRE; LUIZ CARLOS PIERONI; LUIZ WILSON DE LIMA GUSMÃO; MARCEL GONÇALO BARACAT DE ALMEIDA; MÁRCIO FERREIRA AGUES; MARCOS ANTÔNIO RONDON SILVA; MARIANA BARROS DA COSTA MARQUES; MARISOL COSTA VIEGAS; MAXIMILIANO MOURA MARX; NEREIDA ARRUDA; OTÁVIO JOSÉ DE PAULA JÚNIOR; PATRÍCIA ALVES DAMASCO; RAFAEL CUOGHI RODRIGUES; RENATA THERESA MONFORTE BALDO; RODOLFO L. ZANCANARO; ROOSEVELT TORRES JÚNIOR; VICENTE PALMIRO LIMA; WANCLIS PINHEIRO POUSAN.
ADVOGADOS	NESTOR FERNANDES FIDELIS – OAB/MT N.º 6.006 DANILO GAÍVA MAGALHÃES DOS SANTOS – OAB/MT N.º 19.493 EVERALDO BATISTA FIGUEIRA JÚNIOR – OAB/MT N.º 19.493 ROMÁRIO DE LIMA SOUZA – OAB/MT N.º 18.881 JAIME SANTANA ORRO SILVA – OAB/MT N.º 6.072-B LILIANE DE LIMA TORRES – OAB/MT N.º 19.047 JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA SILVA – OAB/MT N.º 6.557 MURILO OLIVEIRA SOUZA – OAB/MT N.º 14.689-B DANIEL BRETAS FERNANDES – OAB/MT N.º 24.180 TALIA MARIA DA SILVA – OAB/MT N.º 29.761
RELATOR	WALDIR JÚLIO TEIS

I. RELATÓRIO

1. Tratam os autos de Tomada de Conta Ordinária (TCO) oriunda da conversão





de auditoria de conformidade acerca da saúde pública do Município de Cáceres/MT na qual se verificou o pagamento indevido de verba indenizatória aos médicos da rede municipal de saúde que gerou potencial dano ao erário no valor de R\$ 760.868,00 (setecentos e sessenta mil e oitocentos e sessenta e oito reais) durante o período de janeiro a setembro de 2017.

2. Na instrução processual da Auditoria de Conformidade, a Secretaria de Controle Externo (Secex) elaborou o Relatório Técnico Preliminar¹ e concluiu que os critérios constantes na legislação de regência para o pagamento da verba indenizatória aos médicos das Unidades de Saúde de Cáceres não estariam sendo observados, o que ocasionou o dano supramencionado. Por isso, sugeriu a citação dos responsáveis abaixo elencados para que fosse oportunizado o contraditório e a ampla defesa sobre os seguintes achados:

Responsáveis:

Sr. Roger Alessandro Pereira Rodrigues – ex-Secretário de Saúde – período: 04/05/2015 a 05/06/2017 e 16/11/2017 a 31/12/2017;

Sr^a. Evanilda Costa do Nascimento Felix – ex-Secretária de Saúde – período: 06/06/2017 a 15/11/2017;

Médicos: Alexandre Lemgruber Pimentel; Alípio Pereira de Araújo Junior; Ana Cristina Amaral Torres; André Luis S. Amaral; Apolo Polegato Freitas Jr; Barbara Klein Bisnella Dias; Bethânia Cruz Bianchini Palmiro; Carolina Madalena S. Pinto Alvares; Daise Amaral Torres; Médica: Regina Costa Agues; Emerson Marques do Amaral; Flávia Garcia Pires; Graziela Lunz Filgueira; Joizeanne Pedroso Pires Chaves; Joiziane Albina Brunelli; Juliana Parreira Duarte Braz; Lucimar de Lara A. Silvestre; Luiz Carlos Pieroni; Luiz Wilson de Lima Gusmão; Márcio Ferreira Agues; Marcos Antônio Rondon Silva; Mariana Barros da Costa Marques; Marisol Costa Viegas; Maximiliano Moura Max; Nereida Arruda; Otávio José de Paula Júnior; Patrícia Alves Damasco; Rafael Cuoghi Rodrigues; Renata Theresa Monforte Baldo; Rodolfo L. Zancanaro; Roosevelt Torres Júnior; Vicente Palmiro Lima; Wanclis Pinheiro Pousan.

1. JB01. Despesa_Grave_01. Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000; art. 4º da Lei 4.320/1964).

1.1. Pagamento/recebimento irregular de verba indenizatória no período de janeiro a setembro de 2017, no valor total de R\$ 748.339,00.

3. Os responsáveis foram devidamente citados², e a maioria apresentou suas

¹ Documento Digital n.º 114103/2018.

² Docs. Digitais n.º 144412/2018, 207858/2018, 36755/2019 (Roger Alessandro Pereira Rodrigues); 142830/2018, 207835/2018 (Evanilda Costa do Nascimento); 142682/2018 (Alexandre Lemgruber Pimentel); 142680/2018 (Alípio Pereira de Araújo Júnior); 142678/2018 (Ana Cristina Amaral Torres); 142673/2018 (André Luis S. Amaral); 142671/2018 (Apolo Polegato Freitas Jr.); 142667/2018 (Barbara Klein Bisnella); 14665/2018 (Bethânia Cruz Bianchini Palmiro); 142662/2018 (Carolina Madalena S. Pinto Alvares); 142658/2018 (Daise Amaral Torres); 142676/2018 (Débora Regina Costa Agues); 142832/2018 (Emerson Marques do Amaral); 142829/2018 (Flávia Garcia Pires); 142995/2018 (Graziela Lunz Filgueira); 143055/2018 (Joizeanne Pedroso Pires Chaves); 143062/2018 (Joiziane Albina Brunelli); 143120/2018 (Juliana Parreira Duarte Braz); 143117/2018 (Lucimar de Lara A. Silvestre); 143808/2018 (Luiz Carlos Pieroni); 143806/2018 (Luiz Wilson de Lima Gusmão); 143805/2018 (Marcel Gonçalves Baract de Almeida); 143804/2018, 207836/2018, 37528/2019, 100405/2019





manifestações³, dos 34 (trinta e quatro) médicos citados, apenas o Sr. Márcio Ferreira Agues não apresentou sua defesa. O ex-Secretário Roger Alessandro Pereira Rodrigues também se manteve inerte.

4. Considerando a não manifestação do ex-Secretário e o médico, ambos acima mencionados, foram declarados revéis⁴ o ex-gestor mediante o Julgamento Singular nº 801/JBC/2019, divulgado no Diário Oficial de Contas – DOC do dia 11/7/2019, sendo considerado como data da publicação o dia 12/7/2019, edição nº 1669⁵, e o médico pelo Julgamento Singular nº 635/JBC/2019, divulgado no Diário Oficial de Contas – DOC do dia 4-06-2019, sendo considerado como data da publicação o dia 5/6/2019, edição nº 1638⁶.

5. Ato contínuo, as defesas foram juntadas aos autos e o processo foi encaminhado para a Secex, que, em relatório técnico conclusivo⁷, manifestou-se pela aplicação da multa aos ex-secretários municipais de Saúde de Cáceres; restituição dos valores pagos irregularmente a título de verba indenizatória; apresentação de plano de ação pelos notificados no processo para implementação das recomendações e expedição de determinações prolatadas pelo TCE/MT, com a designação dos responsáveis pela execução das medidas.

6. Além das determinações à gestão de Cáceres/MT para que implemente controles internos efetivos das consultas médicas realizadas dos servidores municipais para o pagamento da parcela referente à produtividade; priorize a contratação de servidores efetivos e instale sistema eletrônico de gestão de serviços de saúde (como o Sistema E-SUS) em todas as unidades municipais de saúde urbanas de Cáceres/MT.

7. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas (MPC), que converteu seu Parecer em Pedido de Diligência n.º 192/2020, solicitando a citação do ex-Prefeito do Município de Cáceres/MT durante o exercício de 2015 a 2017 para que integrasse o polo passivo destes autos e apresentasse sua defesa acerca dos fatos

(Márcio Ferreira Agues); 143801/2018 (Marcos Antônio Rondon Silva); 143795/2018 (Mariana Barros da Costa Marques); 143799/2018 (Marisol Costa Viegas); 143798/2018 (Maximiliano Moura Max); 143796/2018 (Nereida Arruda); 143964/2018 (Otávio José de Paula Júnior); 143989/2018 (Patrícia Alves Damasco); 143963/2018 (Rafael Cuoghi Rodrigues); 143961/2018 (Renata Theresa Monforte Baldo); 143987/2018 (Rodolfo L. Zancaro); 144407/2018 (Roosevelt Torres Júnior); 144402/2018 (Vicente Palmiro Lima); 144400/2018 (Wancilis Pinheiro Pousan).

3 Docs. Digitais n.º 7899/2019, 260933/2019, 163977/2018, 235900/2018, 163984/2018, 167373/2018, 18661/2018, 156361/2018, 164838/2018.

4 Docs. Digitais n.º 117778/2019 e 147820/2019.

5 Doc. Digital n.º 150960/2019.

6 Doc. Digital n.º 119945/2019.

7 Doc. Digital n.º 159883/2020.





apurados⁸.

8. Nesse sentido, o Relator à época deferiu⁹ o pedido feito pelo MPC e citou o ex-Prefeito Francis Maris Cruz mediante o Ofício n.º 371/2020/GCI/JBC¹⁰.

9. O ex-Prefeito apresentou suas manifestações¹¹ que foram regularmente aceitas por este Tribunal e os autos foram encaminhados à Secex para análise da defesa.

10. A Secex, através do relatório técnico complementar,¹² concluiu pela não inclusão do ex-Prefeito, uma vez que o Processo de Monitoramento n.º 11.292-5/2019, que tramita nesta Corte de Contas, visava ao acompanhamento da situação da saúde de Cáceres. Além disso, as medidas legais de desconcentração administrativa têm condão de afastar o Sr. Francis Maris Cruz do polo passivo deste processo. Por fim, manifestou-se pela manutenção das recomendações contidas no relatório técnico conclusivo.

11. Ato contínuo, o MPC, no Parecer n.º 6.495/2020¹³, da lavra do Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, não considerou a manifestação da Secex em seu relatório técnico complementar e opinou pelo conhecimento da auditoria, em razão do preenchimento dos requisitos regimentais; pelo afastamento da irregularidade e responsabilidade quanto aos médicos citados; pela aplicação dos efeitos da revelia em relação ao Sr. Roger Alessandro Pereira; pela aplicação de multa proporcional ao dano e pela irregularidade aos responsáveis e pela determinação de restituição ao erário, de forma solidária, entre a pessoa de Francis Maris Cruz e aos respectivos Secretários de Saúde do período: Evanilda Costa do Nascimento Félix (período de 6/6/2017 até 31/9/2017) e Roger Alessandro Pereira (período de 1º/1/2017 até 5/6/2017).

12. Além disso, opinou pela expedição de determinação à gestão do Município de Cáceres/MT para que autorize o pagamento de verbas indenizatórias aos médicos contratados ou efetivos somente se cumprirem os requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 2.324/2012, com as alterações operadas pela Lei nº 2.356/2012, com a devida regulamentação operada pelo Decreto nº 343/2013.

8 Doc. Digital n.º 167557/2020.

9 Doc. Digital n.º 170356/2020.

10 Doc. Digital n.º 170357/2020.

11 Doc. Digital n.º 213361/2020.

12 Doc. Digital n.º 261287/2020.

13 Doc. Digital n.º 274326/2020.





13. Desse modo, os autos foram para o Relator à época, que proferiu decisão convertendo a Auditoria de Conformidade na presente Tomada de Contas Ordinária¹⁴.
14. Logo, na instrução processual da TCO, a Secex elaborou relatório técnico preliminar¹⁵, mantendo a irregularidade apontada na auditoria de conformidade, os responsáveis e propondo que fossem novamente citados os ex-gestores Sr. Roger Alessandro Pereira Rodrigues e a Sra. Evanilda Costa do Nascimento, e os 34 (trinta e quatro médicos) para que exercessem o contraditório e a ampla defesa na Tomada de Contas.
15. Os responsáveis foram devidamente citados¹⁶, e os 33 médicos apresentaram suas defesas¹⁷, se mantendo inertes o médico Sr. Márcio Ferreira Agues e os ex-gestores Sr. Roger Alessandro Pereira Rodrigues e Sra. Evanilda Costa do Nascimento.
16. Nesse sentido, os autos foram encaminhados à Secex para análise das defesas, que, em seu relatório técnico de defesa¹⁸, manifestou-se pela irregularidade da presente Tomada de Contas Ordinária para que seja decretada a revelia dos responsáveis que não apresentaram suas defesas, bem como sejam aplicadas multas e a determinação de restituição solidária ao erário a todos os 34 (trinta e quatro) médicos e aos ex-gestores Sr. Roger Alessandro Pereira Rodrigues e Sra. Evanilda Costa do Nascimento.
17. O Ministério Público de Contas, no Parecer n.º 2.036/2023, da lavra do Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, opinou pelo conhecimento da tomada de contas ordinária, em razão do preenchimento dos requisitos regimentais, pela declaração da revelia do Sr. Roger Alessandro Pereira e, no mérito, pelo julgamento de irregularidade das contas, com base no artigo 164, II e III, do Regimento Interno, prestadas pelas pessoas de Francis Maris Cruz, Evanilda Costa do Nascimento e Roger Alessandro Pereira e pelo afastamento da irregularidade e responsabilidade quanto aos médicos citados.
18. Opinou, ainda, pela aplicação de multa individual em relação aos fatos irregulares e determinação de restituição ao erário, de forma solidária, entre as pessoas de Francis Maris Cruz, Evanilda Costa do Nascimento Félix e Roger Alessandro Pereira.

14 Doc. Digital n.º 187533/2021.

15 Doc. Digital n.º 279286/2021.

16 Doc. Digital n.º 21350/2022; 21351/2022; 21358/2022; 21364/2022; 31371/2022; 21373/2022; 21375/2022; 21376/2022; 21379/2022; 103700/2022; 114461/2022; 129532/2022; 188578/2022; 201170/2022; 201176/2022; 201178/2022; 215979/2022; 254451/2022; 254453/2022; 254455/2022.

17 Docs. Digitais n.º 103205/2022; 104264/2022; 110839/2022; 111081/2022; 114145/2022; 111070/2022.

18 Doc. Digital n.º 37818/2023.





19. O Procurador de Contas sugeriu também ao relator que seja aplicada multa proporcional ao dano ao erário aos responsáveis e expedição de determinação à gestão do Município de Cáceres/MT para que autorize o pagamento de verbas indenizatórias aos médicos contratados ou efetivos somente se cumprirem os requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 2.324/2012, com as alterações operadas pela Lei nº 2.356/2012, com a devida regulamentação operada pelo Decreto nº 343/2013.

20. Ato contínuo, os responsáveis foram notificados¹⁹ para apresentarem suas a/legaões finais, mas apenas o Sr. Francis Maris Cruz, e 30 (trinta) dos 34 (trinta e quatro) médicos citados²⁰ apresentaram seus argumentos.

21. O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer n.º 2.902/2023, da lavra do Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, ratificando o parecer anterior.

22. É o relatório.

Cuiabá, 10 de agosto de 2023.

(assinado digitalmente)²¹

WALDIR JÚLIO TEIS

Conselheiro Relator

19 Documentos Digitais n.º 54744/2023, 54745/2023, 54748/2023, 54751/2023, 54752/2023, 54753/2023, 54754/2023, 54771/2023 e 54772/2023.

20 Documentos Digitais n.ºs 102356/2023, 103226/2023 e 103325/2023.

21 Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

